

## Editorial

Neste número da *Revista Brasileira de História da Educação*, contamos com um repertório variado de estudos históricos contemplando os séculos XIX e XX. Os primeiros artigos tratam da imprensa periódica como formadora de opinião, seguidos de textos que discutem a escolarização dos negros no século XIX, o trabalho docente, literatura infantil, análise de livros didáticos. Como artigos de característica mais bibliográfica, são apresentados estudos sobre a relação entre as áreas da História da Educação e a Sociologia do Currículo; e estudos sobre federalismo e gestão da educação.

A imprensa feminina/feminista portuguesa é o tema de investigação de Maria Teresa Santos, por meio da análise do periódico *A Madrugada* (1911-1918), órgão de expressão das ideias da Liga Republicana de Mulheres Portuguesas. Este impresso teve como principal objetivo fazer circular uma diversidade de matérias que, no entendimento das republicanas, seriam voltadas para a formação e afirmação da consciência feminista na nação portuguesa. A autora ressalta a importância do periódico para os estudos da História da Educação, pois, apesar das situações históricas adversas da época de sua vigência, entre outras, a Primeira Guerra e a escassez financeira, *A Madrugada* publicou artigos de interesse social e feminino, abrangendo diferentes facetas da educação das mulheres.

Omar Schneider, Marcela Bruschi, Wagner dos Santos e Amarílio Ferreira Neto investigam a circulação de modelos pedagógicos para o ensino da Educação Física na *Revista de Educação*, impresso produzido na cidade de Vitória, entre 1934 e 1937, como integrante da política

educacional do interventor federal do estado do Espírito Santo, João Punaro Bley. Os autores constataam que a revista divulga tanto modelos práticos de lições como teorias pedagógicas para o suporte ao trabalho docente, no contexto de divulgação dos ideários da *escola ativa*. Os autores constataam a evidência dada seja à Educação Física, seja a orientações de cuidado com o corpo como saberes necessários para o fortalecimento da juventude e sua capacitação para o trabalho.

A escolarização e alfabetização dos negros no Recife oitocentista é o tema de análise de Itacir M. Luz. O autor investiga a oferta de ensino das primeiras letras e do ensino de técnicas mecânicas pela Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais de Recife. Por meio de relatórios de governo e documentos da Sociedade, Itacir discorre sobre os problemas enfrentados, tais como método de ensino e compêndio para ensino das artes e ofícios, mas destaca a fundamental importância da Sociedade em oportunizar à população negra uma alternativa de aprendizagem. O autor salienta, ainda, que investigações históricas de iniciativas como a Sociedade ampliam a possibilidade de discussão a respeito da participação da população negra na defesa de sua educação.

A questão da regulamentação e fiscalização do trabalho docente em Minas Gerais nas décadas iniciais da República é o foco do estudo de Vivian Grasielle Pereira de Freitas e Sarah Jane Alves Durães, desenvolvido por meio da análise de relatórios de governo e legislação. As autoras partem da premissa de que as estratégias de controle do trabalho docente pelo estado informam tanto a necessidade de afirmação da docência como profissão, quanto o entendimento do professor como agente da Modernidade. A análise das normas de fiscalização sobre o trabalho e a conduta moral das professoras permite às autoras concluir a respeito da difusão do entendimento do lugar social do professor como agente da modernidade em sua função de preparar o cidadão para o convívio social.

Maria Lucia Spedo Hilsdorf e Fernando Luiz Alexandre fazem um estudo comparativo entre os escritores Thales Castanho de Andrade e Monteiro Lobato, ressaltando os embates e críticas de Thales de Andrade a Lobato a respeito da concepção e primazia na produção de literatura infantil no Brasil. Os autores ressaltam que, na crítica de Andrade ao

discutir a afirmação de Lobato de que a literatura infantil ideal seria aquela produzida pelas próprias crianças, esteve o entendimento de que a função da literatura não era somente agradar, mas também educar. Por intermédio da análise de obras dos autores e da imprensa local, Hilsdorf e Alexandre ressaltam também as aproximações entre os autores, tais como o tipo de linguagem, a exploração do universo rural e a educação do homem do campo, como integrantes da face educativa da literatura para crianças.

As avaliações dos livros didáticos realizadas durante os anos 1940 pela Comissão Nacional do Livro Didático, como política educacional do Estado Novo, e sua relação com a conformação dos saberes escolares é o tema de estudo de Juliana Miranda Filgueiras. Este estudo se fez com base na análise de diferentes documentos tais como legislação, memorandos, ofícios e cartas do Ministério da Educação, da Comissão Nacional do Livro Didático, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e da Companhia Editora Nacional, além dos pareceres emitidos pelos membros da comissão. Na análise dos pareceres, Filgueiras destaca as principais ressalvas aos livros feitas pela comissão, tais como problemas de linguagem e erros de conteúdo, mas também ressalta as tensões presentes entre os membros da comissão, e entre autores e editores na confrontação entre conteúdo dos livros, programa oficial e pesquisas científicas.

Maria Veronica Fonseca, Marcele Torres Xavier, Carolina de Lima Vilela e Marcia Serra Ferreira investigam a produção recente em história do currículo e das disciplinas acadêmicas e escolares nos anos de 2000 a 2010. O objetivo das autoras é analisar os diálogos entre a Sociologia do Currículo e a História da Educação em textos de ambas as áreas publicados nos anais da ANPED e em periódicos nacionais. A partir do estudo envolvendo recortes temáticos e temporais, referenciais teóricos e fontes documentais, as autoras delineiam as características comuns e distintas de cada área. De acordo com as autoras, a pesquisa proporcionou a verificação de disputas a respeito do reconhecimento da investigação da história do currículo e da história das disciplinas, seja no campo da História seja na Sociologia.

A relação entre federalismo e a gestão da educação no período republicano é objeto de estudo de Edson Francisco de Andrade. O autor realiza estudo bibliográfico sobre a estrutura do federalismo brasileiro e sua interface com a gestão sistêmica da educação em processo de consolidação. O autor detecta dois problemas neste processo, a presença de desigualdades técnicas e financeiras entre os estados e a ausência de políticas de cooperação entre eles. Andrade afirma, nesse sentido, que a elaboração de uma política nacional de educação e o desenvolvimento da gestão sistêmica da educação pressupõem um federalismo cooperativo.

Ainda neste número da *Revista Brasileira de História da Educação* temos duas resenhas de livros que compõem a coleção *Horizontes da Pesquisa em História da Educação*, de iniciativa da Sociedade Brasileira da História da Educação. A primeira é de autoria de Geraldo Gonçalves de Lima, sobre a obra organizada por Marta Maria Chagas de Carvalho e Décio Gatti Júnior, *O Ensino de História da Educação*; a segunda é de Manna Nunes Maia, sobre a obra organizada por Claudia Alves e Juçara Luzia Leite, *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*.

Encerramos este editorial prestando nossa homenagem à colega professora Vera Beltrão Marques (1954-2013) da UFPR, que nos deixou tão repentinamente. A professora Vera, ou Verinha, era referência nos estudos de interface entre História da Educação e história da saúde/higienismo, e nos deixa muitas saudades.